O TRABALHO DE CAMPO NO CONTEXTO DO ENSINO DE GEOGRAFIA RURAL: COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS EM ÂMBITO DO ROTEIRO "ASSENTAMENTO CONTESTADO", "ESCOLA LATINOAMERICANA DE AGROECOLOGIA" E "COOPERAFLORESTA"

The field work in the context of teaching of rural geography: Sharing experiences in the framework of the "Contestado settlement", "Latin American School of Agroecology" and "Cooperafloresta"

Márcio Freitas Eduardo*

***Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS / Erechim, Rio Grande do Sul**
marcioeduardo@uffs.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo central compartilhar a experiência de trabalho a campo desenvolvida junto ao Componente Curricular (CCR) Geografia Rural, oferecido pelo curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, campus Erechim/RS). Realizado cinco vezes entre os anos de 2014 e 2019, o roteiro contemplou experiências situadas na região metropolitana de Curitiba/PR (Lapa e Curitiba) e em Barra do Turvo/SP, ao que confere ao movimento de luta pela terra/pelo território, de reforma agrária e de re-existência camponesa. Mediante o diálogo com os sujeitos, a observação e o registro de elementos que compõem suas territorialidades, o roteiro oportunizou aos discentes interações com a lógica de organização socioterritorial do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); com ações voltadas para o desenvolvimento de práticas produtivas e organizativas agroecológicas e do trabalho com Sistemas Agroflorestais (SAF); com experiências de cooperação e de educação do campo. Metodologicamente, a escolha do roteiro e as mediações de ensino-aprendizagem inerentes estiveram alinhadas a uma concepção teórica que dialogava 1) com o "Paradigma da Questão Agrária", conforme proposição de Fernandes (2005); e 2) com o próprio Projeto Político Institucional (PPI) da UFFS, Instituição de Ensino Superior forjada com o desafio de projetar-se como "popular". Nessa esteira, além da apresentação dos elementos que compuseram o roteiro propriamente dito, contextualizaremos, também, a construção da proposta do referido trabalho a campo, elaborado em estreita sintonia com a ementa do CCR e com os objetivos da Instituição de Ensino Superior em que está inserido.

Palavras-chave: Geografia Rural. Trabalho de campo. Campesinato. Luta pela terra. Agroecologia.

ABSTRACT

This article has as its main objective share the experience of the fieldwork developed with the Curricular Component (CCR), offered by the by the degree course in Geography of the Federal University of the Southern Frontier (UFFS, campus Erechim/RS). Held five times between the years 2014 and 2019 the itinerary contemplated experiences located in the metropolitan region of Curitiba/PR (Lapa and Curitiba) and in Barra do Rio Turvo/SP, in what confers the movement of struggle for land/territory, for the agrarian reform and for re-existence of the peasants. Through the dialogue with the subjects, the observation and registration of the elements that make up their territorialities, the itinerary provided the students interactions with the logic of socio-territorial organization of the Landless Workers Movement (MST); with actions aimed in the development of productive and organizational agroecological practices and work with Agroforestry Systems (SAFs); with experiences of cooperation and of education in the countryside. Methodologically, the choice of the itinerary and the inherent teaching-learning mediations were aligned with a theoretical conception that dialogued 1) with the "Agrarian Question Paradigm", according to the Fernandes (2005) proposition; and 2) with the own Institutional Political Project (IPP) of the UFFS, institution of higher education forged with the challenge of projecting itself as "popular". In this track, in addition to the presentation of the elements that made up the itinerary itself, we will contextualize, also, the construction of the suggestion of the referred fieldwork elaborated in a straight harmony with the CCR's agenda and with the objectives of the Higher Education Institution in which it is inserted.

Keywords: Rural Geography. Fieldwork. Peasantry. Struggle for land. Agroecology.

1. BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE O PROJETO POLÍTICO INSTITUCIONAL DA UFFS DIANTE DA QUESTÃO AGRÁRIA REGIONAL

Criada através da Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) iniciou seu funcionamento no ano de 2010. A UFFS é produto da mobilização social de pessoas e representantes de camadas populares da sociedade situados nas porções oeste dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A articulação entre essas representações denominou-se "movimento pró-universidade" cuja composição aliou, nas lutas reivindicatórias, movimentos sociais do campo (em especial os movimentos da Via Campesina brasileira) e da cidade; movimentos sindicais da agricultura familiar (destaque para a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, FETRAF-SUL) e dos trabalhadores urbanos; entidades de apoio à agricultura camponesa agroecológica (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia, CAPA; Centro de Tecnologias Alternativas Populares, CETAP; Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, ASSESOAR, entre outros); agricultores; partidos políticos; prefeituras municipais; e munícipes das diversas cidades situadas, em grande parte, na faixa de fronteira brasileira com a Argentina.

A bandeira pela interiorização da universidade federal na "Fronteira Sul", entre as representações do campo, vislumbrou desde sempre romper com a histórica exclusão da classe trabalhadora ao ensino superior público e contar com uma instituição (posteriormente com arranjo multi*campi* e interestadual[1]) capaz de produzir conhecimentos estratégicos para contribuir para com ações que visassem enfrentar problemas estruturais da "região" como o êxodo rural, a pobreza rural, a desigualdade social, a monopolização do território pelo agronegócio (complexos da soja, milho e trigo; distintas cadeias produtivas integradas a grandes agroindústrias: BRFoods, JBS, Aurora, laticínios e fumageiras) e os impactos ambientais decorrentes do modelo de agricultura convencional.

A exemplo disso, importa mencionar que na área de abrangência da UFFS estão localizados diversos Territórios Rurais e Territórios da Cidadania, o que evidencia o quadro de vulnerabilidade social de seus habitantes, em particular os do espaço rural. No estado do Paraná estão instituídos o Território Rural Sudoeste do Paranaense e o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. O estado de Santa Catarina conta com os Territórios da Cidadania Meio Oeste Contestado e Planalto Norte e os Territórios Rurais Oeste Catarinense, Alto Uruguai, Alto Vale do Rio do Peixe, Planalto Catarinense e Planalto Norte. No Rio Grande do Sul há os Territórios da Cidadania Médio Uruguai e Noroeste Colonial e os Territórios Rurais Alto Uruguai e Pacto Novo Rio Grande.

Ao que concerne à questão agrária, o Projeto Político Institucional (PPI) da UFFS orienta os distintos cursos de graduação e de pós-graduação quanto ao desafio político em questão: superar os limites da matriz produtiva vigente e construir conhecimentos e intervenções capazes de valorizar iniciativas que sinalizem práticas de inclusão social e de equilíbrio agroecossistêmico. No campus Erechim/RS, por exemplo, o curso de Engenharia Ambiental possui ênfase em Energias Renováveis (pauta do Movimento dos Atingidos por Barragens) e o curso de Agronomia conta com ênfase em Agroecologia (em sintonia com a luta das organizações populares por outro modelo de desenvolvimento rural). Da mesma forma, os cursos de licenciatura, dentre eles o de Geografia, precisam estar em sintonia com o PPI da UFFS. Para tanto, é fundamental desenvolver metodologias pedagógicas no ensino de graduação e produzir conhecimentos concatenados aos desafios supracitados: eis o "sulear" para nossa intervenção em âmbito da Geografia Rural.

2. GEOGRAFIA RURAL: CONTEÚDOS E METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS

Compreendemos a Geografia Rural como uma subárea do conhecimento geográfico que se utiliza dos aportes teórico-metodológicos dessa ciência para estudar os processos de apropriação

social do espaço rural, com vistas a evidenciar a construção dos distintos modelos de agricultura, suas dinâmicas, paisagens, diferenciações espaciais e a configuração das relações de poder subjacentes em suas múltiplas dimensões (econômica, política, cultural e ambiental). É mister deixar claro, desde já, que as pesquisas em Geografia Rural não se remetem apenas a análise dos problemas circunscritos ao espaço rural, mas, outrossim, à natureza própria, constituinte e constituidora, dessa porção do espaço. Em face disso, contempla, em seu bojo analítico, um viés relacional, com ênfase às contradições entre o rural e o urbano, o campo e cidade. Em outras palavras, os conhecimentos produzidos em Geografia Rural ocupam-se em desvelar os sucessivos (re)arranjos espaciais que conferem a determinado rural sua peculiaridade em termos de paisagem e da vida de relações.

O Componente Curricular Geografia Rural é oferecido no 4º período do curso de Geografia-licenciatura da UFFS, campus Erechim/RS. Contém carga horária de 05 créditos, dentre os quais 01 crédito é destinado para realização de trabalho de campo obrigatório da disciplina.

O plano de ensino do CCR em que baseou-se o trabalho a campo, estruturava-se em 7 momentos, são eles (incluindo o referencial básico e complementar): **1º)** Geografia Rural no Brasil: história, construção do objeto e aspectos metodológicos (MARAFON et al, 2007; ANDRADE, 2010; BOMBARDI, 2008; FERREIRA, 2001; MEGALI, 2011; VALVERDE, 2006); **2º)** Notas sobre a gênese da questão agrária (KAUTSKY, 1986; FELICIO, 2011; SOUZA, 2012; ALMEIDA; PAULINO, 2010; WOOD, 1998; PONTES, 2005; MAZOYER; ROUDART, 2010); **3º)** Os usos da terra no Brasil (FERNANDES; WELCH, GONÇALVES, 2014; PORTO-GONÇALVES, 2004; MATOS; PESSÔA, 2011; THOMÁZ JR., 2008); **4º)** Novos estudos sobre o campesinato: movimentos socioterritoriais e os atuais conteúdos da luta pela terra no Brasil (PORTO-GONÇALVES, 2005; SOUZA, 2006; STEDILE; FERNANDES, 1999); **5º)** Novos estudos sobre o campesinato: agroecologia e agrofloresta como estratégias de reapropriação social da natureza (ALTIERI, 2012; FERNANDES; FACCO, 2015; STEENBOCK *et al.*, 2013); **6º)** Trabalho de campo; e **7º)** A Geografia Rural diante das transformações do campo no século XXI: questões teórico-metodológicas atuais (debate realizado com base no referencial estudado e nas apreensões do trabalho de campo).

O arcabouço teórico-metodológico do CCR Geografia Rural baseava-se no Paradigma da Questão Agrária (FERNANDES, 2005a). Nesse sentido, procurava apreender o campo e as mediações rural-urbano através do processo histórico e das territorialidades em disputa. O plano de ensino da disciplina objetivava oferecer uma leitura sobre o espaço rural que permitia ao discente compreender a diversidade de relações sociais e as disputas territoriais entre as distintas lógicas de viver, produzir e até mesmo conceber o campo. Valorizava a análise sobre o campesinato e o acirramento das conflitualidades decorrentes do avanço do modelo de desenvolvimento do agronegócio. Abordava os estudos clássicos sobre a questão agrária e o campesinato e também as novas formas de re-existência (PORTO-GONÇALVES, 2004) desses sujeitos através da organização política (em âmbito dos "movimentos socioterritoriais" (FERNANDES, 2005b)), das práticas produtivas ecológicas (com ênfase para a agroecologia e os Sistemas Agroflorestais – SAFs), da cooperação e da educação do campo.

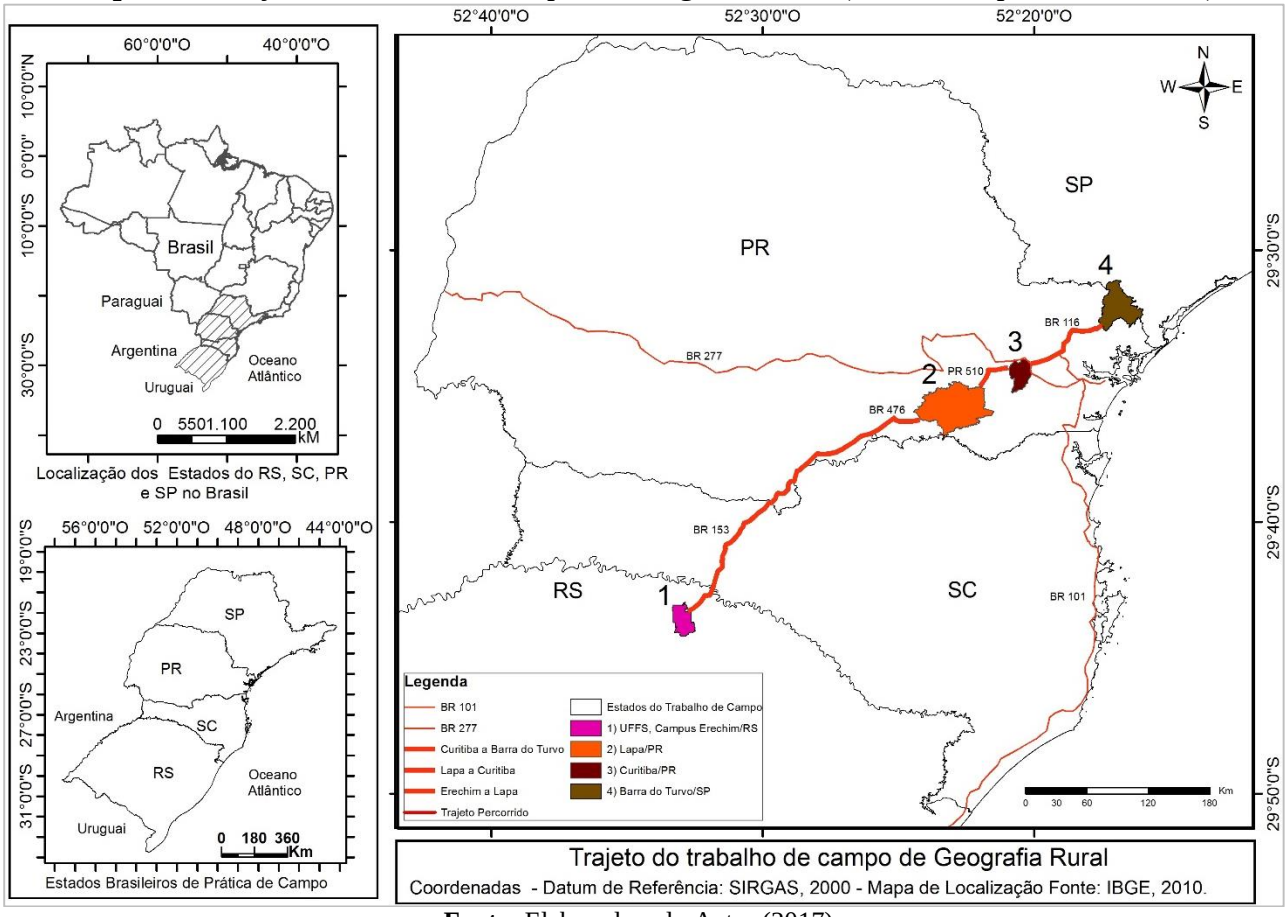
3. O TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA RURAL

O trabalho de campo ocorria na penúltima etapa da disciplina e tinha duração de três dias. Todo o conteúdo programático de Geografia Rural estava intimamente relacionado ao roteiro (Mapa 01), incluindo textos e materiais específicos (mapas temáticos e imagens de satélite) sobre as realidades contempladas no respectivo roteiro. Dessa forma, os discentes já apropriam-se com a devida antecedência de uma abordagem de Geografia Rural, liam artigos científicos e capítulos de livro sobre as experiências a serem apreendidas em campo, levantam informações quantitativas sobre os municípios (composição do IDHM por setores da economia, índice de GINI, evolução da

população urbana e rural, estrutura fundiária, número de estabelecimentos classificados como agricultura familiar, evolução da área colhida, estabelecimentos que fazem uso de agricultura orgânica e efetivos de animais) e elaboram instrumentos de coletas de dados e roteiros semiestruturados para pesquisa qualitativa com os sujeitos nos diferentes momentos do roteiro de campo. Denominamos essa etapa do CCR como "trabalho pré-campo".

O objetivo do levantamento e análises prévias dos dados, mapas e imagens de satélite consistia na intencionalidade de traçarmos um paralelo entre as características gerais (econômicas, produtivas, demográficas, fundiárias e ambientais) de organização do território, com ênfases para os espaços rurais de cada município, com as realidades observadas e analisadas em cada ponto do roteiro. As discrepâncias saltavam aos olhos, oferecendo-nos oportunidade para explorarmos o conceito de territórios e territorialidades em disputa.

Mapa 01 – Trajeto do trabalho a campo de Geografia Rural (UFFS, campus Erechim/RS)



Fonte: Elaborado pelo Autor (2017).

3.1. Município de Lapa, Paraná: incursões no assentamento Contestado e na Escola Latino-americana de Agroecologia (ELAA)

Em nossa primeira parada, ao longo dos períodos matutino e vespertino de uma sexta-feira, deslocávamos para o espaço rural do município de Lapa/PR para conhecermos o assentamento rural de reforma agrária "Contestado" e a "Escola Latino-americana de Agroecologia" (ELAA), organizados, respectivamente, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e pela Via Campesina.

O assentamento contestado constitui-se em uma área de 3.200 hectares (ha), de propriedade, anteriormente, da empresa Incepa Revestimentos Cerâmicos. A desapropriação da área efetivou-se por conta da acumulação de dívidas trabalhistas contraídas pela referida empresa junto à

União. O acampamento ocorreu em 1999 e logo em seguida a área foi desapropriada e destinada para fins de reforma agrária. O assentamento possui 108 lotes, com área média em torno de 10 ha, onde viviam, até o ano de 2016, 152 famílias. No momento da ocupação, 60 famílias eram provenientes da periferia da cidade de Curitiba: retrato da vulnerabilidade social da região.

Conforme relatos de integrantes da coordenação do assentamento, o entorno é caracterizado pela presença de "grandes" estabelecimentos, com áreas de aproximadamente 250 ha. Há predomínio das culturas da batata, do milho e da soja. Há também, em menor medida, estabelecimentos que se dedicam a fruticultura subtropical e a bovinocultura leiteira. O solo tem por características ser excessivamente raso e com composição arenosa.

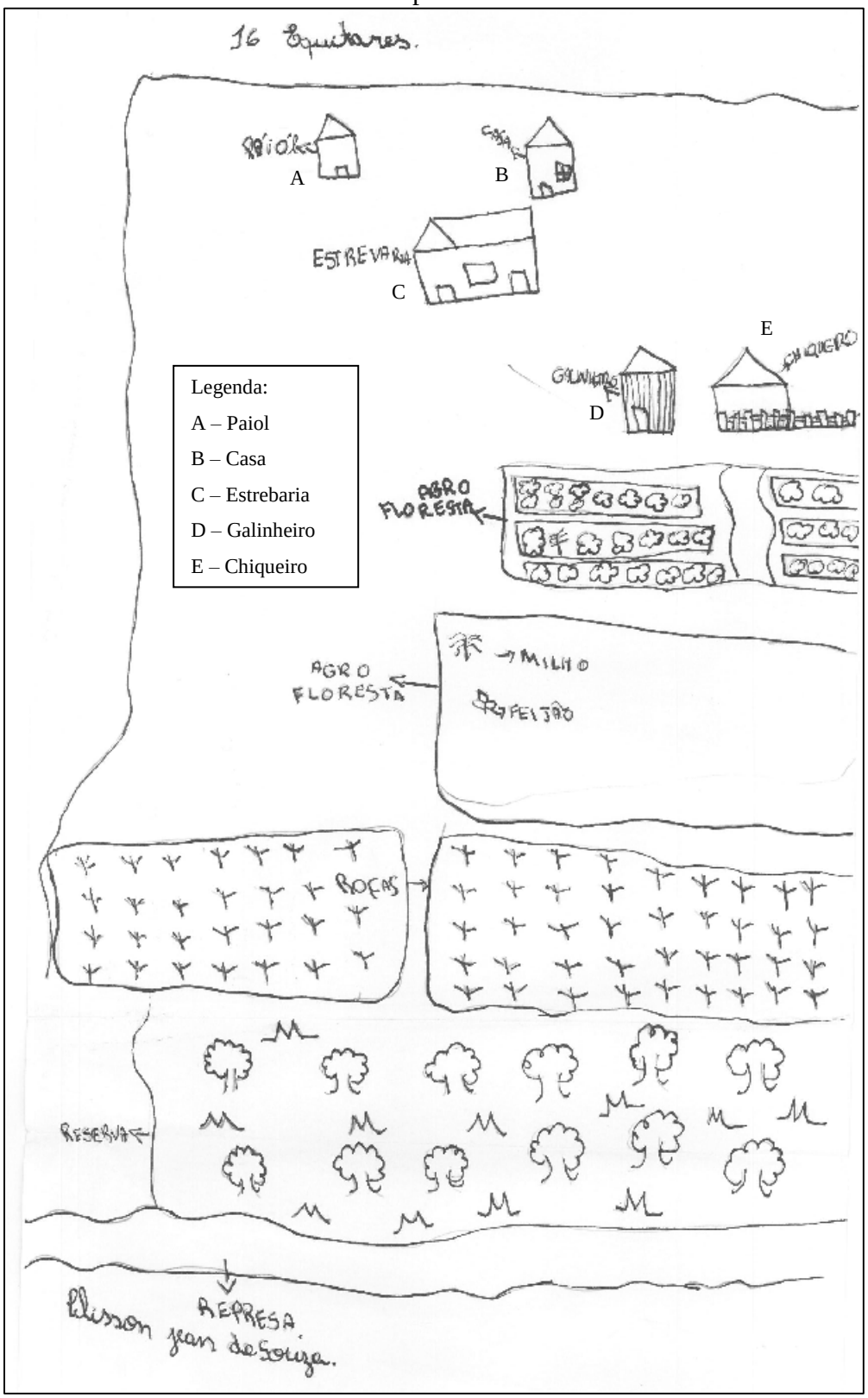
O assentamento Contestado surgiu já com a proposta de adotar a matriz agroecológica de produção. Uma das primeiras dificuldades consistiu em implementar dinâmicas ecológicas de produção dispersas, pouco conhecidas ou desconhecidas pelos assentados em um solo degradado pela sojicultura e o monocultivo arbóreo de pinus e eucalipto. Mesmo com as dificuldades iniciais, em 2016, 69 lotes já estavam certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia, organizados em um núcleo próprio e vários famílias encontravam-se em processos de transição agroecológica.

Pela manhã éramos recebidos por integrantes da coordenação do assentamento, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para um diálogo inicial sobre os seguintes pontos: 1) informações gerais (área total do assentamento; número de assentados e origens locacionais; aspectos produtivos etc.); 2) processo de mobilização e luta pela terra para desapropriação da área e implementação do assentamento; e 3) organização política e produtiva do assentamento (setores, representações políticas, cooperação, orientação produtivo-organizativa agroecológica).

Após o diálogo inicial, conduzíamos os estudantes, divididos em grupos de quatro ou cinco, para estabelecimentos (lotes) de famílias assentadas com o intuito de conferirem aspectos da territorialidade camponesa no trabalho com agroecologia. Os discentes, de posse de roteiros semiestruturados, entrevistavam alguns membros de cada família atentando, especialmente, para as seguintes informações: 1) informações gerais (origem étnica e locacional; tamanho do estabelecimento; número de pessoas e a idade dos que residiam no lote; renda aproximada; e dinâmicas produtivas); 2) trajetória de luta pela terra (vínculos empregatícios anteriores; inserção no movimento socioterritorial; cotidiano no acampamento; reterritorialização camponesa; compreensão sobre a importância da reforma agrária); 3) relação política da família com o movimento socioterritorial na escala do assentamento Contestado; 4) processo de transição, dificuldades e avanços nas práticas produtivas e organizativas agroecológicas; 5) nas famílias com jovens, aborda-se as perspectivas de sucessão na agricultura camponesa.

Durante o roteiro nos lotes, eram registradas fotografias (para posterior análise e produção de relatório de campo ou organização de mostra fotográfica) e solicitado a algum membro da família camponesa, sem detalhamento quanto aos procedimentos, para produzir um mapa mental (em papel A4 branco), um "desenho" que retratasse a organização do lote (Figura 01). O mapa mental representa a lógica de organização do "nanoterritório" (SOUZA, 2009) camponês e exprime, também, aspectos subjetivos por parte de quem o produziu ao valorizar determinados elementos em detrimento de outros. Trata-se, portanto, de um valioso recurso metodológico para pesquisa qualitativa em Geografia Rural que se associa muito bem às fotografias, entrevistas transcritas e dados primários.

Figura 01 – Mapa Mental da Unidade de Produção da Família Souza, Assentamento Contestado, Lapa/PR



O mapa mental, acima, desenhado por um filho jovem da família, representa a organização interna de um nanoterritório camponês com 16 hectares. A família Souza trabalha com práticas agroecológicas e SAF's em seu lote, como detalhado na figura. Atenção especial no mapa para a valorização da diversidade produtiva e dos elementos naturais presentes na paisagem. Trata-se de um território de produção e de reprodução da vida.

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

As experiências produtivas agroecológicas conferidas baseavam-se na cultura do morango em estufas; no cultivo de hortaliças em mandalas; na olericultura em canteiros (em sombrites, estufas ou a céu aberto); na produção e fabricação artesanal de fitoterápicos, chás aromáticos e medicamentos homeopáticos; nos Sistemas Agroflorestais – SAF's (alguns já produzindo com base no consórcio entre espécies nativas, exóticas lenhosas e frutíferas diversas) (Figura 02). Em todos os lotes, as práticas produtivas de maior importância monetária dividiam espaço com a policultura e a produção de animais para o autosustento, assim como, com a agroindustrialização de alimentos artesanalmente (queijos e derivados, compotas, geleias, conservas etc.). A utilização de caldas repelentes, biofertilizantes, adubação verde, irrigação, cobertura do solo com matéria orgânica morta e compostagem são recorrentes. No assentamento está difundida também a técnica permacultural popularmente conhecida como biofossa, isto é, do saneamento básico realizado a partir de plantas bioreparadoras utilizando-se, no caso, bananeiras ou junco.

No nanoterritório, averiguávamos as estratégias produtivas, técnicas ecológicas e relações de reciprocidade/apoio mútuo que as famílias camponesas empreendiam para elevarem os níveis de autonomia relativa em contraponto à territorialidade do sistema econômico-social capitalista, representado no campo pelo modelo de desenvolvimento do agronegócio.

Figura 02 – Fragmento de uma paisagem agroecológica situada no lote da família do Sr. Sebastião, assentamento Contestado, Lapa/PR

Destaque para a diversidade produtiva, a cobertura total do solo com matéria orgânica morta e o consórcio entre horticultura, fruticultura e espécies arbóreas não frutíferas.
Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

No período vespertino, nossos trabalhos ocorriam na ELAA (Figura 03). Primeiramente, compartilhávamos as experiências das famílias camponesas, apreendidas pelos grupos de alunos no período da manhã e realizamos um debate, com integrantes do movimento, sobre a importância da reforma agrária e o direcionamento do MST em apoiar a adoção da agroecologia pelos assentados. Ficava evidente o potencial da reforma agrária para a inclusão produtiva, para a geração de renda e para a produção de alimentos saudáveis. Em 15 anos, as famílias assentadas saíram de importantes contextos de miséria e vulnerabilidades para produzirem uma variedade significativa de alimentos agroecológicos em um solo altamente impactado pela prática da agricultura convencional.

Formaram ainda uma cooperativa agroecológica (Cooperativa Terra Livre) através da qual comercializavam alimentos em Curitiba e região, atendendo, inclusive, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Figura 03 – Placa da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA)

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Idealizada pelo Fórum Social Mundial de 2003, realizado em Porto Alegre, a ELAA conta hoje com várias unidades na América Latina. A ELAA de Lapa/PR foi criada em 2004 (inaugurada em 27 de agosto de 2005), concomitantemente a fundação da ELAA de Caracas, na Venezuela. O objetivo da escola é formar quadros técnicos para atuar junto aos movimentos sociais da Via Campesina Latino-americana fomentando a agroecologia. Trata-se de um processo de integração latino-americana pelos "de baixo", pelos movimentos camponeses. Para tanto, a educação do campo e a perspectiva descolonial estão na base da concepção política e pedagógica da ELAA. Na ELAA da Lapa, até 2016, haviam formadas quatro turmas de Tecnólogos em Agroecologia em nível superior. Na unidade, em 2016, estava sendo oferecido também um curso de nível superior de Licenciatura em Educação do Campo, em parceria com a UFPR. Para possibilitar o acesso pelos trabalhadores de distintos lugares e países, os cursos são oferecidos em regime de alternância: dividido em "tempo escola" (concentrado, conforme as características da turma) e "tempo comunidade" (período curricular em que os educandos voltam para suas localidades para aplicarem/difundirem os conhecimentos adquiridos). Inclusive, o assentamento conta hoje com todos os níveis de ensino, da ciranda ao ensino superior.

Nos espaços da ELAA, dialogamos com educandos e as equipes pedagógica e diretiva da escola a respeito da concepção de educação do campo para o MST e para a Via Campesina e, também, sobre o sentido estratégico da agroecologia para o desenvolvimento territorial camponês na América Latina. Posteriormente, visitávamos os espaços externos e conhecíamos experiências produzidas em âmbito das oficinas do curso de tecnólogo em agroecologia (tinturas com pigmentos naturais, bioconstrução com telhado verde, banheiro seco, biofossa de junco – tratando o esgoto de toda ELAA – e práticas de manejo, homeopatia e fitoterapia animal).

Todos os espaços do MST são dotados de intencionalidade. Na ELAA há várias pinturas e mensagens que remetem a proteção do meio ambiente, fatos da história da luta pela terra, pela

dignidade e pela emancipação humana (Figura 04). Inclusive, o próprio nome do assentamento, Contestado, é uma homenagem à luta histórica dos caboclos na Guerra do Contestado, cujo atual município da Lapa foi parte de seu "palco" histórico.

Figura 04 – Ciranda Currupira

A figura retrata a Ciranda Currupira, espaço destinado ao acolhimento e educação de crianças assentadas em idade pré-escolar. Destaque para a escolha do nome da escola, cuja lenda remete a preocupação pela proteção do meio ambiente, trabalhada nas ações de educação do campo no assentamento desde as mais tenras idades.

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Algumas edificações presentes no assentamento foram tombadas como patrimônio histórico, incluindo um local utilizado como senzala no período do Brasil Império. Toda essa simbologia de opressão e luta pela terra e pela liberdade é trabalhada pelo MST em seus diversos espaços educativos.

No final da tarde, realizávamos uma reunião de trabalho para sistematizarmos os aprendizados e seguíamos viagem para a cidade de Curitiba, Paraná.

3.2. Município de Curitiba, Paraná: roteiro no setor de orgânicos do mercado municipal

No segundo dia de roteiro, logo no início da manhã, nos dirigíamos ao setor de orgânicos do mercado municipal de Curitiba (Figura 05). Os objetivos da visita resumiam-se em dois:

1) realizar uma discussão sobre o crescimento do mercado de produtos e alimentos orgânicos no Brasil e no mundo: os discentes buscavam "pré-campo" dados sobre o crescimento do circuito econômico de produtos orgânicos e, no mercado municipal, entrevistaram consumidores e donos de estabelecimentos no afã de caracterizar a evolução e o perfil do mercado; e

2) considerar diferenças entre a concepção de desenvolvimento presente no circuito dos produtos orgânicos e a concepção de desenvolvimento alinhada aos preceitos da agroecologia, como visto no assentamento Contestado e, na sequência do trabalho de campo, na Cooperafloresta: uma diferença fundamental constatada é a de que a agroecologia não se resume a esfera produtiva e econômica, mas está apoiada em projetos políticos de desenvolvimento onde o debate ecológico e

da desigualdade social estão presentes, enquanto que, para o mercado de orgânico, o essencial é atingir nichos de mercado e buscar ao máximo a agregação de preços aos produtos, obviamente através da oferta de alimentos de excelente qualidade comparado aos convencionais.

Figura 05 – Vista panorâmica do setor de orgânicos do mercado municipal de Curitiba/PR

Fonte: Disponível em: http://mercadomunicipaldecuritiba.com.br/sobre-o-mercado/. Acesso em: 11 de maio de 2016.

A própria Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) (BRASIL, 2012), explicita a disputa entre a agroecologia e a produção orgânica. A primeira defendida pelos camponeses e movimentos sociais, enquanto a segunda, pelas empresas e grandes produtores. No Brasil e em vários outros países são múltiplos os atores interessados em desenvolver práticas produtivas e estratégias de mercado para superar os gargalos da agricultura e dos mercados convencionais, especialmente ao que tange aos impactos à saúde e ao meio ambiente. A Campanha Permanente Contra o Uso de Agrotóxicos e Pela Vida, criada em 2010 por uma série de movimentos sociais, entidades, sindicatos e órgãos públicos do Brasil, tem feito um grande trabalho de denúncia e divulgação a respeito da contaminação dos alimentos, das pessoas e do meio ambiente pela agricultura que mais utiliza agrotóxicos no mundo, o Brasil, em média, 7 litros/ano por habitante[2].

O setor de orgânicos do mercado municipal de Curitiba foi inaugurado em 2009 a partir de uma parceria entre o poder público municipal e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O espaço tem 3,7 mil m^2 e conta com 22 lojas. A estética do setor de orgânicos assemelha-se em muito a de um Shopping Center. Há estabelecimentos diversos, dedicados a comercialização de hortifrutigranjeiros, alimentos industrializados, carne orgânica, produtos orgânicos diversos (higiene pessoal, vestuário e cosméticos, por exemplo), restaurantes e cafés orgânicos (Figura 06). Segundo lojista entrevistado (também agrônomo, produtor de frutas vermelhas certificadas pela Tecpar), dono de um estabelecimento dedicado ao comércio de produtos orgânicos industrializados, seu negócio tem crescido, nos 6 últimos anos, 35% ao ano. O setor de orgânicos do mercado municipal já está incluso no circuito de turismo organizado pela CVC – viagens.

Figura 06 – Vista externa do açougue orgânico Taurino's – primeiro açougue orgânico certificado (Tecpar Cert) do Brasil

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Para o setor de orgânicos, enquanto as estratégias de mercado estão bem traçadas (como, por exemplo, aglutinar o circuito turístico ao circuito de comercialização de produtos orgânicos), mas são frágeis os projetos políticos de base, para a agroecologia há ainda lacunas para uma inserção de mercado mais intensa e duradoura sem perder de vista seus preceitos políticos fundamentais.

3.3. Município de Barra do Turvo, São Paulo: experiências produtivas e organizativas atreladas aos Sistemas Agroflorestais (SAF's)

Ainda na manhã de sábado, após roteiro no setor de orgânicos do mercado municipal de Curitiba/PR, dando continuidade ao nosso objetivo do trabalho de campo, a saber, o de trazer à tona outras formas de produzir, apropriar-se e viver no campo para além do agronegócio, nos deslocamos para Barra do Turvo/SP para conferirmos experiências já consolidadas produtivo-organizativas baseadas em SAF's (Figura 07). Nossa atenção volta-se para as estratégias camponesas de re-existência em âmbito das dinâmicas produtivas dos SAF's e para a faceta organizativa das famílias agrofloresteiras com a criação da Cooperafloresta (Associação de Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis).

Somos recebidos, ao meio dia, pelo agrofloresteiro Pedro Oliveira de Souza na terra da família onde situa-se o "Centro de Envolvimento Agroflorestal Felipe Moreira". O agrofloresteiro em questão também foi um dos fundadores da Cooperafloresta, presidindo-a nos períodos entre 2000 a 2004 e 2008 a 2012.

Inicialmente, nos é apresentado o conceito de SAF. Conforme depoimento do Sr. Pedro, trata-se do modelo de produção primária mais avançado em termos ecológicos, pois os sistemas agroflorestais objetivam desenvolver a produção animal e vegetal imitando ao máximo a dinâmica das florestas, dos ecossistemas naturais em que se estão inseridos. O manejo dos SAF's, grosso modo, fundamentam-se na prática de agregar matéria orgânica ao solo derivada do corte raso ou da poda de espécies vegetais (dependendo do estágio do SAF, são elas, gramíneas, leguminosas ou espécies arbóreas) (Figura 07). "Precisamos dar de comer a terra. Ela tem fome. Não podemos só tirar dela", destaca o Sr. Pedro. A agregação de matéria orgânica melhora, paulatinamente, a estrutura e fertilidade do solo e, os sistemas de corte e poda, permitem a abertura de clareiras para que a incidência da radiação solar possibilite o desenvolvimento de práticas agrícolas consorciadas (produção de hortaliças e legumes, plantio de espécies frutíferas e de variedades com bom potencial de produção de biomassa). Como resultado, um solo fértil e bem estruturado é pré-condição para a evolução de um ambiente altamente biodiverso o qual concede suporte aos projetos de autonomia das famílias agrofloresteiras, na medida em que produzem alimentos agroecológicos reciclando os nutrientes na escala do próprio nanoterritório.

Figura 07 – SAF em início de implantação

Detalhe para a técnica de depositar matéria lenhosa ao solo com o fito de agregar matéria orgânica e acelerar o processo de recuperação do solo degradado. Entremeio às fileiras de matéria lenhosa, há espécies espontâneas e o consórcio de legumes, bananeira, frutíferas e espécies nativas. A intenção é construir um ambiente biodiverso e que contemple variedades de interesse monetário.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Assim como procedido no município da Lapa/PR, os discentes levantavam dados secundários diversos de Barra do Turvo/SP, no sentido de compreender o contexto demográfico, fundiário, social e econômico do município onde situavam-se as experiências conferidas *in loco* (Figura 08).

Figura 08 – Banner do projeto Agroflorestar

Na figura 08: O projeto Agroflorestar foi realizado pela Cooperafloresta com envolvimento de uma rede de entidades e órgãos públicos, apoiados financeiramente pelo Programa Socioambiental da Petrobrás, visava atuar junto a comunidades quilombolas de Barra do Turvo e Adrianópolis com foco na preservação e recuperação ambiental através da disseminação dos Sistemas Agroflorestais. O projeto já é uma referência conhecida internacionalmente.

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Conforme evidenciado pelos discentes através na análise dos dados secundários e corroborado também pelos relatos dos agrofloresteiros, Barra do Turvo é um dos municípios mais pobres do estado de São Paulo. Situação semelhante ocorre em todo Vale do Ribeira. Não é por acaso que há muitas áreas quilombolas reconhecidas na região, incluindo a das experiências de SAF's contempladas no campo. O grande estabelecimento destinado à pecuária extensiva de gado comum e bufalinos e a produção convencional de banana são as atividades produtivas de destaque. Marginalmente, existe a agricultura tradicional de subsistência a base de roçada e queimadas, da qual relata o agrofloresteiro Pedro:

> Acho que era uma agricultura de coivara com feijão, milho, mandioca, arroz e porco. Mas tudo isso dava pouca produção. Mas era um povo que já tinha meio se equilibrado, eles não se batiam demais, tipo assim, parece que acharam um equilíbrio que não tinha grandes investimentos, mas se sobrevivia, com dignidade, com casinhas de barro cobertas com sapé, bem caprichadinha (SOUZA: SILVA, 2013, p. 31).

Na região em que está inserido o município de Barra do Turvo, o grande estabelecimento existia/existe paralelo à agricultura camponesa. Como corolário da hegemonia do latifúndio, avulta a desigualdade na distribuição de renda, o padrão concentrado da estrutura fundiária no município, a desvalorização do trabalho camponês e os impactos ambientais. O relevo é fortemente movimentado e a base do solo é o Quartzo. Para a criação de gado e para o monocultivo da banana, a prática da queimada e do desflorestamento é recorrente, fazendo com que o solo tenha um baixo índice de agregação de matéria orgânica e fique exposto aos fenômenos da erosão e da lixiviação. A prática da agricultura camponesa tradicional, baseada na roçada e na queima da matéria orgânica, contribuía igualmente para o empobrecimento do solo. É com base nesses limitantes, na vulnerabilidade econômica das famílias camponesas e no caráter inapropriado de manejo dos agroecossistemas, que a proposta da agroflorestal emergiu e ganhou força regionalmente.

A trajetória como agricultor do Sr. Pedro começou no início da década de 1980 quando adquiriu, juntamente com seus pais, um estabelecimento agropecuário em Barra do Turvo. Anteriormente, morava na cidade de São Paulo, onde trabalhou em indústrias e fazendo "bicos". Reside atualmente com seus familiares nesse estabelecimento, com área de aproximadamente 200 ha, situado em uma área quilombola demarcada. O Sr. Pedro pratica agrofloresta desde 1995. O primeiro passo consciente se iniciou através do incentivo de técnicos que atuavam na promoção dos SAF's na região, os quais facilitaram o acesso ao conhecimento e aproximaram Pedro e outros (agora) agrofloresteiros de Ernest Gotsch, uma referência mundial em Sistemas Agroflorestais. Uma parte do estabelecimento está destinada à criação extensiva de búfalos (50 ha.) por um parente e, no restante, há áreas de SAF's produtivos e outras partes em pousio ou em fase inicial de implementação de SAF's. Entre seus familiares e outras pessoas que colaboram nos diversos trabalhos, vivem na unidade perto de 15 pessoas. Nos sistemas agroflorestais, produzem uma infinidade de frutas e criam também gado leiteiro, galinhas e patos para o autossustento. Com finalidade comercial dedicam-se a cultivar banana, palmito pupunha, jaca, goiaba, abacate, hortaliças, tubérculos e legumes diversos. Escoam seus produtos através da associação Cooperafloresta, especialmente no mercado Curitibano e em diversos municípios para os programas governamentais PAA e PNAE. O estabelecimento recebe o certificado de conformidade orgânica dos produtos pela Rede Ecovida de Agroecologia.

Além das práticas produtivas citadas, são oferecidos vários cursos, oficinas, retiros e vivências agroflorestais organizados pelo Centro de Envolvimento Agroflorestal Felipe Moreira, iniciativa da família do Sr. Pedro com apoio de colaboradores e voluntários. Recebem anualmente cerca de 700 pessoas, do Brasil e de diversos outros países da América Latina e do Norte.

A associação, Cooperafloresta, foi criada oficialmente em 2001 e sua atuação está calcada na produção de condições para a comercialização dos alimentos, na agroindustrialização de produtos da agrofloresta, na aquisição de insumos (mudas, pó de rocha etc.), no apoio mútuo para a implementação e manejo dos SAF's e na facilitação da troca de conhecimentos. Atualmente, são 110 famílias envolvidas com o projeto. Uma referência político-organizativa internacional em agrofloresta.

Ao longo das visitas às experiências produtivas e organizativas e dos diálogos nessa parte do roteiro do trabalho de campo, conferimos os conteúdos do ecologismo popular ou, como se refere Alier (2007), do ecologismo dos pobres, que orienta o projeto de desenvolvimento territorial agroflorestal. Esses sujeitos valem-se de seus conhecimentos (e apropriam-se gradativamente de tantos outros) e com seus recursos territoriais disponíveis articulam politicamente para

empreenderem formas de desenvolvimento adaptadas ao lugar, isto é, ao meio ambiente e à cultura local, projetando arranjos econômicos pautados na inclusão social e no incremento ecológico. A agrofloresta empodera os sujeitos que a praticam, pois sua lógica rompe com o modelo de desenvolvimento subserviente do agronegócio. Não significa, porém, que é fácil vivê-la. É um desafio constante, pois a prática da agrofloresta não estimula ações de caráter cíclico, mas em espiral. A cada experimento, novos aprendizados e um passo adiante na prática e na concepção de sustentabilidade, como fica explicito no relato do Sr. Pedro, como segue:

> Depois que a gente começou a trabalhar com Agrofloresta, hoje compreendo que há toda uma dinâmica, é uma coisa incrível para gente aprender. Em terra tão pobre a gente queria colher coisa de terra rica. Uma das coisas de fazer Agrofloresta é identificar o momento para ver o que a terra pode me dar agora, e não o que eu quero tirar dela. Porque na agricultura convencional a gente não pensa isso, só vem e tira. Não há relação de amor com a terra. Isso faz com que a gente não compreenda que a terra é um organismo vivo, que é como nossa mãe. Que vai sempre no caminho da riqueza. A vida anda no sentido do pobre para o rico. A gente que às vezes luta em querer ficar sempre no sentido da pobreza (SOUZA e SILVA, 2013, p. 37 – 38).

E assim o Sr. Pedro conclui seu raciocínio, de posse de todo saber adquirido vivenciando e militando a agrofloresta:

> Por último, queria dizer que tudo o que tá vivo, vive pra fazer do mundo um lugar melhor. Não há sustentabilidade no empate! A função de todo ser vivo é melhorar o mundo! Aqueles que não conseguem contribuir, acabam vivendo com depressão. Hoje tá meio na moda falar dessa tal de sustentabilidade, né? Mas pra mim sustentabilidade na verdade é o papel do indivíduo, dando sentido à própria vida, contribuindo com a história do mundo (SOUZA; SILVA, 2013, p. 38).

4. CONCLUSÃO

Nosso trabalho de campo encerra-se ao meio dia de domingo, após essa imersão no fazer social insurgente desses sujeitos, os quais reinventam continuadamente sua emancipação social ao implementarem formas includentes e ecológicas de produzir, e lógicas horizontais de interação entre as pessoas e destas com o seu entorno. No retorno, no momento "pós-campo", como chamamos, discutimos novamente as experiências apreendidas através das percepções dos discentes e revisitamos nosso referencial teórico do CCR, encaminhando, doravante, um debate final da disciplina sobre os sentidos da Geografia Rural diante dos novos elementos da questão agrária no século XXI. Como produto final, os discentes produziram conteúdos e materiais pedagógicos diversos, tais como: relatórios de campo, construção de artigos científicos, mostras fotográficas, produção de materiais cartográficos (mapas temáticos, vetorização de mapas mentais e construção de modelos) e conteúdos audiovisuais arquivados em um banco de dados do colegiado do curso.

O trabalho de campo, como uma das metodologias mais tradicionais da ciência geográfica, também se apresenta como uma prática pedagógica moderna e com potencial de inovação, a qual, se coerentemente conduzida, habilita e incita o graduando a apreender o espaço de uma maneira mais autônoma e proativa, com base na *práxis* espacial, na direção da constituição de um futuro profissional, concomitantemente, geógrafo-professor-pesquisador. A produção e sistematização desses conhecimentos geográficos, apreendidos pelos alunos em suas incursões nas distintas realidades socioespaciais, e não apenas a reprodução de catálogos de temas e conteúdos sobre o espaço, torna o trabalho de campo um momento privilegiado para o despertar da curiosidade sobre o mundo, seja no ensino superior ou na educação básica.

NOTAS

[1] A UFFS, atualmente, conta com os seguintes campi: Paraná (Laranjeiras do Sul e Realeza), Santa Catarina (Chapecó – campus e reitoria) e Rio Grande do Sul (Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo).

[2] Informação disponível em: http://contraosagrotoxicos.org/segundo-levantamento-brasileiro-consome-sete-litros-de-agrotoxicos-por-ano-cotidiano/. Acesso em: 23 out. 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIER, J. M. **O Ecologismo dos Pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA, R. A., PAULINO, E. T. **Terra e Território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, Presidente Prudente/SP, v. 15, n. especial, p. 91-100, ago. 2012.

ANDRADE, M. C. de. Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, v. 5, n. 9, p. 5-16, fev. 2010.

BOMBARDI, L. M. Contribuição à Historiografia da Geografia Agrária na Universidade de São Paulo. **Agrária**, São Paulo, v. 04, n. 8, p. 99-121, maio 2008.

BRASIL. Decreto Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: Brasília, ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 05 dez. 2019.

FELICIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia), FCT-UNESP: Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**. Presidente Prudente/SP. v. 8, n. 6, p. 14-34, jun. 2005b.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005a. p. 173-224.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C.; GONÇALVES, E. C. **Os usos da terra no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica/UNESCO, 2014.

FERNANDES, G de M.; FACCO, V. A. B. F. Agroecologia e MST no leste paranaense: as experiências do assentamento Contestado (Lapa/PR) e do acampamento José Lutzenberger (Antonina/PR). **Revista Pegada**, vol. 16, n. especial, p. 89-101, maio 2015.

FERREIRA, D. A. de O. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 39-70, jun. 2001.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova cultural, 1986.

MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. Â. (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. A Modernização da Agricultura no Brasil e os Novos Usos do Território. **GeoUERJ**, v. 13, n. 22, p. 290-322, jun. 2011.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das Agriculturas no Mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MEGALE, J. F. Geografia Agrária: objeto e método. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, v. 6, n. 11, p. 6-20, fev. 2011.

PONTES, B. M. S. A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. **Revista Nera**, Presidente Prudente/SP, v. 8, n. 7, p. 87-115, dez. 2005.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. **Geografias**. Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 07-25, dez. 2005.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia da Riqueza, Fome e Meio Ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. *In*: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (org.). **O campo no século XXI**: Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004. p. 207-254.

SAMBUICHI, R. H. R. (org.). **A Política Nacional de Agroecologia e produção orgânica no Brasil**: Uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: IPEA, 2017.

SOUZA, M. A. **Educação e Cooperação nos assentamentos do MST**. Ponta Grossa: UEPG, 2006. p. 17-93.

SOUZA, M. L. de. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

SOUZA, M. M. O. de. O campesinato no modo capitalista de produção: raízes conceituais. **Élisée, Rev. Geo. UEG**, Goiania, v. 1, n. 1, p.141-155, jun. 2012.

SOUZA, P. O. de; SILVA, R. O. da. Breve História da Cooperafloresta e do Pedro, contada por ele mesmo. *In*: STEENBOCK, W. *et al*. (org.). **Agrofloresta, Ecologia e Sociedade**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 25-38.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STEENBOCK, W. *et al*. (org.). **Agrofloresta, Ecologia e Sociedade**. Curitiba: Kairós, 2013.

THOMÁZ JÚNIOR, A. Por uma "Cruzada" Contra a Fome e o Agrohidronegócio – nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Revista Pegada**, Presidente Prudente/SP, vol. 9, n.1, p. 8-34, jun. 2008.

VALVERDE, O. Metodologia da Geografia Agrária. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 1-16, fev. 2006.

WOOD, E. M. As Origens Agrárias do Capitalismo. **Monthly Review**, vol. 50, n. 3, p. 01-23, 1998. Trad. Lígia Osório Silva). Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo6612_merged.pdf. Acesso em: 14 maio 2016.

Data de submissão: 14.05.2018
Data de aceite: 29.04.2020

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.